



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 31ª Ordinária	Sessão legislativa: 2ª	Legislatura: 19ª
Data: 6/9/22		
Horário de início: 13h31min		Horário de encerramento: 13h49min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Irlan Melo e com a presença dos vereadores Gabriel, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Jorge Santos e da vereadora Fernanda Pereira Altoé, os dois últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 30ª Reunião Ordinária e da 9ª Reunião Extraordinária, realizadas em 30/8 e 1/9/22, respectivamente.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

O presidente registrou a presença remota do vereador Wanderley Porto, que não integra a comissão.

EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 283/22 - “Dispõe sobre a garantia da acessibilidade comunicativa à mulher com deficiência auditiva e/ou visual vítima de violência doméstica e familiar”. Autoria: vereadora Nely Aquino, vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Gabriel, Jorge Santos, Marcos Crispim, vereadora Professora Marli e vereadores Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Irlan Melo.

O presidente inverteu a ordem de apreciação dos itens da pauta, passando a apreciar:

EM PRIMEIRO TURNO: 2) Projeto de Lei nº 375/22 - “Dispõe sobre o reajuste zero do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para os exercícios financeiros de 2023 e 2024 no município de Belo Horizonte”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiu o parecer.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão, pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.

Registre-se que a vereadora Fernanda Pereira Altoé estava impedida de votar, por ser autora do projeto.

3) Projeto de Lei nº 376/22 - “Dispõe sobre a restrição do uso de tecnologias de reconhecimento facial pelo Poder Público no Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereadoras Bella Gonçalves, Iza Lourença e Macaé Evaristo.

O projeto foi retirado da pauta, em razão da apresentação de requerimento de suspensão da sua tramitação.

4) Projeto de Lei nº 382/22 - “Altera-se a classificação de uso quanto a permissividade da Rua Iraci Sansão e dá outras providências”. Autoria: vereador Helinho da Farmácia.

O presidente e a vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiram o parecer.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Gabriel, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

5) Projeto de Lei nº 385/22 - “Institui a Política Municipal de Incentivo aos Cursinhos Populares e Comunitários”. Autoria: vereadoras Bella Gonçalves e Iza Lourença.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, com apresentação de emenda(s).

6) Projeto de Lei nº 405/22 - “Altera a Lei nº 9.078, de 19 de janeiro de 2005, que estabelece a Política da Pessoa com Deficiência para o Município de Belo Horizonte”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 34, de 22/7/22.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Irlan Melo.

O presidente registrou a presença remota dos vereadores Rubão e Nikolas Ferreira, suplentes dos vereadores Jorge Santos e Gabriel, respectivamente.

O presidente transferiu a presidência para a vereadora Fernanda Pereira Altoé.

EM SEGUNDO TURNO: 7) Projeto de Lei nº 358/22 - “Altera a Lei nº 9.063/05, que regula procedimentos e exigências para a realização de evento no Município”. Autoria: vereadores Gabriel, Irlan Melo, Jorge Santos, Léo, Professor Juliano Lopes, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1, 2, 3 e 4.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Registre-se que, por serem autores do projeto, estavam impedidos de votar os vereadores Gabriel, Irlan Melo, Jorge Santos e Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

EM PRIMEIRO TURNO: 8) Projeto de Lei nº 377/22 - "Altera a classificação quanto à permissividade de usos da Rua Medusa, no Bairro Santa Lúcia". Autoria: vereadores Gabriel, Álvaro Damião, Irlan Melo, Jorge Santos, Léo, vereadoras Marilda Portela e Nely Aquino, vereadores Professor Juliano Lopes, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto.

Rejeitado o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade, em razão de alegada constitucionalidade, com voto apenas da própria relatora favorável ao parecer.

O vereador Rubão foi designado como novo relator.

Registre-se que, por serem autores do projeto, estavam impedidos de votar os vereadores Gabriel, Irlan Melo, Jorge Santos e Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

9) Projeto de Lei nº 408/22 - "Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o código de posturas do Município, dando nova redação ao parágrafo único do art. 116 e acrescentando o parágrafo único-A ao art. 116". Autoria: vereadora Duda Salabert e vereadores Irlan Melo e Pedro Patrus.

O vereador Irlan Melo discutiu o projeto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Registre-se que o vereador Irlan Melo estava impedido de votar, por ser autor do projeto.

A presidenta transferiu a presidência ao vereador Irlan Melo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

EM TURNO ÚNICO: 10) Projeto de Lei nº 402/22 - “Dá o nome Roberto Martins à Praça Sem Nome, localizada na Av. José de Oliveira Vaz, entre as Ruas Antônio Bacha e Dr. Javet Barros, no Bairro Buritis”. Autoria: vereador Dr. Célio Frois.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Reinaldo Gomes Preto Sacolão.

11) Projeto de Lei nº 410/22 - “Dá o nome de Jonísio Lustosa Nogueira à Praça sem nome, no Bairro Buritis”. Autoria: vereador Bruno Miranda.

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Irlan Melo.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: ____/____/____
Comunicação de aprovação: ____/____/____
<div style="text-align: center;"> _____ Presidenta/Presidente </div>